

O POLÍTICO COMO ELEMENTO INTRÍNSECO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

SIMONE DE JESUS SENA DA SILVA SOUSA
Bolsista PIBIC/ AÇÃO AFIRMATIVA - CNPQ

Prof^a. Dr^a. CARMEN LÚCIA DE OLIVEIRA CABRAL

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo a educação se faz presente em nossas vidas, como algo fundamental e essencial para a nossa sobrevivência, e é por isso que sentimos a necessidade de aprofundar um pouco nossos conhecimentos e fazer uma reflexão acerca da compreensão sistemática da natureza política da formação do educador, a partir das contribuições da teoria crítica. Pois o educador é o mestre que contribui para a aprendizagem significativa dos indivíduos conduzindo-os para exercerem suas funções, ser humano, consciente, político, ter um olhar crítico reflexivo e ser capaz de transformar a realidade da sociedade que está repleta de injustiças e situações problemáticas.

Logo o processo de formação do educador é indispensável e merece atenção especial, o que nos leva a formular tais questões: Como se percebe a política na constituição do educador? Quais as características do educar que expressa o político? Quais as conseqüências de ser político na formação do educador? Diante dessas questões ainda podemos fazer os seguintes questionamentos: O que é a política? O que é o educar? O que é filosofia? Como formar o educador? O que é o educar político?

Essas questões nortearão a investigação a ser desenvolvida nesse trabalho, buscando subsídios teóricos nos campos da filosofia, da política e da educação com teóricos da teoria crítica dentre outros, dos quais destacaremos: Giroux (1986), (1997), Balbosco (1997) Casagrande (2008), Arendt (1998), Severino (1994), (1990), Ruiz (2007), Pagni e Silva (2007), Koninck (2007), Kohan (2007), lidos de forma articuladas com a preocupação de elaborarmos argumentos consistentes na explicação do objetivo principal deste estudo, ou seja, da dimensão política na formação do educador.

Fundamentos metodológicos

A natureza, desta investigação, caracteriza-se como teórico-interpretativa da realidade constituída pelo campo de conhecimento da Filosofia da Educação. Vista em sua configuração geral instituído com o estilo próprio do procedimento filosófico de construir os conceitos, sentidos e demais perspectivas que explicitam o que venha a ser a situação analisada, o modo como se tece sua estrutura, bem como a finalidade que a faz existir. E, de forma particularizada ao tomarmos a dimensão política da educação como o acontecimento a ser analisado, momento em que buscamos demonstrar não só com argumentos descritivos, mas também analíticos, as conexões e interconexões definidas entre estas duas realidades, que se constituem a educação e a política.

Com este acontecimento a ser investigado e demonstrado, este estudo no campo da Filosofia da Educação articula dimensões teóricas, do pensar a realidade, com dimensões pragmáticas do fazer a formação humana, tornando-se, assim, uma proposta de conhecimento complexo sobre a realidade educacional.

Desta forma, com a aplicação das técnicas de análise de texto filosóficos, da leitura analítica dos textos de formação pedagógica, pretende-se conseguir a elaboração de um entendimento necessário a concretização dos objetos previstos e atingir a finalidade mesma desta investigação, ou seja, a construção de um referencial que contribua para a compreensão da relação entre a pedagogia e a filosofia na formação docente e, em particular, de sua dimensão política. Diante destas preocupações, tomamos a pesquisa bibliográfica como o modelo de pesquisa, aplicando as técnicas de leitura analítica dos textos como um procedimento de aquisição das informações sobre a política e suas implicações no campo educacional.

Discutindo os conceitos

No contexto educacional a política e a filosofia trouxeram grandes transformações desde a Grécia até os dias atuais, dentre as quais podemos destacar o incentivo ao pensamento crítico-reflexivo, argumentativo, o surgimento das teorias sociais e pedagógicas, ações educativas que promovam a consciência do homem a partir da cultura, ética e valores.

A política se torna presente no processo educacional como um fenômeno social pelo qual desenvolvemos práticas favoráveis para resolver determinados conflitos e problemas, visando algo que satisfaz a todos e não apenas ao interesse de uma minoria. Muitas pessoas por não ter conhecimento sobre política apresentam uma postura preocupante que conforme (CHAUI, 2003, p. 348) é uma:

Visão generalizada da política como algo perverso, perigoso, distante de nós (passa-se no Estado), praticando por “eles” (os políticos profissionais) contra “nós” sob o disfarce de agirem “por nós”, faz com que seja sentida como algo secreto e desconhecimento, uma conduta calculista e oportunista, uma força corrupta e empregando a política e o exercito, uma força repressora usada contra a sociedade.

Diante dessa concepção as pessoas se distanciam da política, meio pelo qual lutamos contra ou a favor de algo, conseqüentemente, negando as diversas facetas que constituem a realidade, bem como desconhecendo a própria capacidade de agir, intervir e lutar por uma sociedade informada mais justa e igualitária. Por que será que as pessoas desconhecem esse conhecimento político?

Em meio a educação a filosofia surge como ação social que estuda os princípios e as causas, propondo explicações e conceitos sobre as coisas e os seres; caracterizando-se como um estudo reflexivo que busca várias formas de saber, agir e compreender a realidade do ser humano. A filosofia reflete sua preocupação na educação estudando o homem em sua totalidade, por meio das seguintes teorias: essencialista, positivista, materialista histórico-dialética, hermenêutica, fenomenológica, dentre outras.

Conforme Severino (1990, p.18.), “A filosofia se constitui unida a uma intenção pedagógica formativa do humano”, visto que, desde sua origem, a filosofia tem a função de um agir pedagógico, que é formar o homem enquanto sujeito fundamental da educação. Percebe-se, desta forma, uma grande contribuição da filosofia para a educação.

A educação é um longo processo que prepara os indivíduos para exercerem suas funções nas seguintes dimensões: pessoal, conhecer a si mesmo; profissional, buscar uma formação adequada ao seu nível, desenvolver o político enquanto educador; e, como cidadão, respeitar e valorizar a diversidade da sociedade.

Por sua vez destacaremos a presença do educador como profissional e mestre da educação, que tem a função de auxiliar, ajudar, proporcionar meios e métodos, despertando o interesse para os estudos e germinando saberes, para o educando em seu

processo de aprendizagem. Logo, cabe ao educador desenvolver a natureza política do seu próprio conhecimento, uma vez que ele tem a capacidade de formar os indivíduos para refletirem criticamente diante da realidade, para reconhecer seus direitos e deveres e buscar o que há de melhor para a sociedade.

O processo de formação do educador, a educação e a filosofia estão intrinsecamente ligadas, lembrando-se que um filósofo é um grande educador, pois essa relação é indispensável para esse processo. A política também está unida a filosofia, pois surgiu na mesma época. Em consonância com Chauí (2003, p. 355) podemos assim afirmar “[...] por serem contemporâneos, diz-se que a filosofia é filha da polis” e muitos dos primeiros filósofos (os chamados pré-socráticos) foram chefes políticos e legisladores de suas cidades. Sendo assim, a filosofia, filha da política, vem refletindo sobre a origem, finalidade, formas e desenvolvimento do fenômeno político por meio de teorias pedagógicas já mencionadas anteriormente.

A partir de uma reflexão filosófica o educador necessita ter um pensamento crítico para agir politicamente, valorizando a ética e a moral. Diante do que, cabe ressaltar o desafio político proposto por Adorno e Horkheimer (PAGNI, 2007) que a partir da teoria do conhecimento os sujeitos seriam capazes de produzir conhecimento crítico reflexivo, desenvolver sua consciência enquanto ser humano, pensar e considerar o outro como a si mesmo, evitando a barbárie na civilização. Crença que se concretizaria através da educação política, proporcionando qualidade de vida e conhecimento da realidade para todos.

A concepção de política está ligada as possibilidades do agir humano como e por que agimos, apresentamos tal comportamento? Que possibilidades temos de agir e intervir quando acreditamos ser necessário e possível? E nesse sentido que Kohan (2007, p.52) fala em “[...] instaurar uma política da experiência, de interrogação permanente sobre a possibilidade e as formas da própria política, uma política aberta de inconformidade e de insatisfação”. Ou seja, a liberdade de ação de cada um, diante de determinadas situações.

E, discutindo a concepção de política, cabe ressaltar, conforme Arendt (1998, p. 9), que:

A compreensão da política para a qual Hannah quer abrir nossos olhos e por ela é vinculada com as idéias da liberdade e da espontaneidade humanas, para a qual deve haver um espaço para o desenvolvimento, quer dizer, um espaço

para a política, está muito acima da compreensão usual e mais burocrática da coisa política, que realça apenas a organização e a garantia da vida dos homens.

Com esta fala de Arendt, temos afirmada a proposição de que a política vem acompanhada da liberdade e da espontaneidade de agir do ser humano, sendo assim, necessário ter um espaço para ser realizada.

A dimensão política é um conhecimento, forma de saber sistematizada que, nos impulsiona e nos orienta diante dos fatos. Logo ela é inseparável da ética, pois tem como finalidade “[...] a vida justa e feliz, digna de seres livres, de suas escolhas” (CHAUI, 2003 p. 359). A atividade política por sua vez traz a transformação e a renovação da sociedade, com interações sociais, novos conhecimentos, diferentes formas de saber e agir, objetivando a realização da vida humana em sua plenitude.

Assim, partimos desta compreensão discorrida sobre o sentido de política e de sua presença no campo da educação, em que situamos a política como um elemento constitutivo do ato de educar, no aspecto de que ao elaborarmos e executarmos uma proposta educativa estamos surgindo modelos de ser tanto de sociedade quanto de pessoa e cidadão. De forma que, selecionamos códigos linguísticos, comportamentais, intelectuais, valorativos, entre outros, que serão transmitidos como referências do modo de ser dos contextos socioculturais em que se efetiva o projeto educativo.

Delineando o vir-a-ser do educador político

Diante desta perspectiva de relação entre a educação e a política procuramos, em seguida, delinear uma configuração do dever do profissional que elabora e executa a ação educativa, por supormos que o ato de educar interfere na formação do ser social em sua elaboração de sentidos.

O educador político tem compromisso, em primeiro lugar consigo mesmo, o que envolve sua formação pessoal e profissional no sentido de se auto-avaliar e ter responsabilidade com o que faz de está sempre se aperfeiçoando em busca de melhorar sua formação, visando o desenvolvimento de habilidades e competências para uma prática crítica reflexiva, posteriormente com a sociedade que espera seu trabalho para que possa ser justa e digna da vida humana.

Para que um educador seja um “ser político” este, por sua vez precisa agir politicamente, ser digno, reconhecer os valores dos outros, serem ético e ser justo. Ético

por que é no “horizonte ético que o político extrai o seu sentido” (KONINCK, 2007, p. 180). Porém o educador enquanto ser político precisa ter compromisso ético, buscar uma qualificação ética, respeitar à sua dignidade humana e jamais perder de vista a dimensão ética da educação.

O educador político necessita oportunizar, promover, proporcionar aos educandos uma formação crítica que os capacitem e formem para enfrentarem os desafios da vida. O educador político é aquela que consegue interferir na realidade da sociedade e em especial dos educandos, de maneira que os tornem favoráveis á sua ação.

Ser educador político é aceitar todos os desafios que aparecer e conforme Koninck (2007, p.180) [...] “o mais alto desafio do político é o reconhecimento efetivo da dignidade de cada ser humano sem exceção”. Então cabe ao educador respeitar e aceitar a diversidade que o mundo apresenta hoje, sem nenhuma discriminação ou preconceito.

Será que o educador é por natureza político? Casagrande (2008, p.270) ressalta que “O homem não é por natureza político. E a faculdade do agir que o torna um ser político”. Diante dessa citação fica evidente que o educador não nasce político ao contrário ele constrói sua natureza política em sua trajetória de vida.

É na relação entre os homens e no intra-espaco que a política surge, logo é nessa relação que o homem se torna um ser político com possibilidades e liberdade, para agir, tomar iniciativa, começar de novo, ou seja, fazer a diferença, conforme Arendt (1998, p.8-9) acentua:

[...] que a política surge não *no* homem, mas sim *entre* os homens, que a liberdade e a espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política. O sentido da política é a liberdade.

Será a que a formação que o educador recebe lhe dá subsídios, para se desenvolver enquanto “ser político”? O que podemos observar é que a formação oferecida aos professores, na maioria das vezes, não são favoráveis á sua profissão, ou seja, não lhes preparam para agir politicamente. Precisamos repensar acerca da natureza política da atividade docente e sua formação, pois a formação de professores, sua

seleção e aperfeiçoamento contínuo no exercício profissional estão nas preocupações do campo da educação.

Em relação aos programas de formação de professores Giroux (1997, p. 159) enfatiza que: “Em vez de aprenderem a refletir sobre os princípios que estruturam a vida e prática em sala de aula, os futuros professores aprendem metodologias que parecem negar a própria necessidade de pensamento crítico”. Dessa maneira, percebemos que ainda existem programas de formação que não dão subsídios para o educador se desenvolver enquanto “ser político”, poucas vezes estimulam os futuros professores a assumirem o papel de intelectual críticos e transformadores.

As instituições de formação de professores precisam ser reconhecidas como esferas públicas que, possam desenvolver programas nos quais os futuros professores venham ser educadores intelectuais transformadores capazes de criar condições e dar possibilidades para que os educandos se fortaleçam e se constituem como indivíduos políticos.

Diante da situação que se encontra a formação do educador, podemos lutar, conforme Giroux (1997, p. 61), ao ressaltar que: “[...] desejo argumentar que uma forma de repensar e reestruturar a natureza da atividade docente é encarar os professores como intelectuais transformadores”, uma vez que toda atividade humana requer alguma forma de pensamento, logo o professor é um profissional reflexivo.

È necessário que os programas de formação de professores trabalhem com questões de fortalecimento e transformação, às quais o conhecimento e a análise crítica possam transformar a realidade no interesse de uma sociedade democrática. Logo Giroux (1997, p.203) afirma:

Queremos remodelar a educação docente como projeto político, como uma política cultural que defina os professores em formação como intelectuais cuja vontade estabeleça espaços públicos nos quais os estudantes possam debater, apropriar-se e aprender o conhecimento e habilidades necessárias para atingir a liberdade individual e a justiça social.

Para Marques (2000) a questão da formação do educador pode ser discutida sob alguns temas como a necessidade de aprofundamento, articulações nas dimensões científicas e pedagógicas e nas dinâmicas políticas e teóricas ao nível das práticas que se deseja realizar. Acerca da formação do educador não podemos deixar de mencionar a “base comum nacional” concebida como uma concepção básica da formação do

educador e a definição de um corpo de conhecimento fundamental articulado em três áreas: conhecimento específico, conhecimento pedagógico e conhecimento integrador, que dará subsídios aos educadores em sua formação.

Para a operacionalização da proposta da base comum nacional Marques (2000, p.38) destaca:

[...] três dimensões intrinsecamente relacionadas: a dimensão profissional, a dimensão política e a dimensão epistemológica da docência a partir de conteúdos específicos articulados e historicamente referenciados na perspectiva da construção de uma ordem social e igualitária.

Essas dimensões devem ser vistas como oportunidades para se criar discussões coletivas e repensar-se a atual situação das instituições de ensino como, por exemplo, se estruturam e se organizam o trabalho docente.

O educador necessita ter uma formação específica, se entregar apaixonadamente ao exercício profissional do trabalho e ação educativa. Como Marques (1994, p. 58) afirma:

Todo professor / educador deve ser esse profissional especializado em educação, educador inteiro, capaz de conduzir o inteiro processo educativo: do pensar ao agir e fazer e avaliar, dispensando-se os chamados “especialistas” enviados de fora: supervisores, inspetores, fiscais, etc.

Acreditamos que o educador tenha sim competência e conhecimento para ser um especialista capaz de conduzir o processo educativo, mas sabemos que ele precisa de um espaço para realizar seu trabalho e do coletivo para interagir e se desenvolver melhor enquanto profissional da educação. A natureza política da formação do educador depende de vários aspectos da sua trajetória de vida pessoal e profissional, uma vez que ele constrói sua identidade enquanto educador político no interior das interações que trava nos espaços educativos.

A Escola de Frankfurt busca desenvolver uma teoria crítica da educação com o objetivo de repensar e reconstruir o significado da emancipação humana, pois ela enfatiza bastante o pensamento crítico trazendo a luta pela auto-emancipação e mudança social. Para a Escola de Frankfurt todo conhecimento e teoria estão intrinsecamente ligados ao interesse específico do desenvolvimento de uma sociedade justa, nesse sentido podemos mencionar Giroux (1986) que traz uma abordagem acerca da teoria que, por sua vez, torna-se uma atividade transformadora e política, comprometendo-se

com a projeção de um futuro ainda não realizado. Sendo assim, a teoria crítica tem o pensamento crítico como pré-condição para a liberdade e emancipação humana.

A discussão sistematizada pelos pensadores desta Escola, principalmente pela primeira geração, traz importante contribuição para a noção de uma pedagogia radical modelo de educação para a radicalização da sociedade, que precisa desenvolver uma teoria de dominação englobando as necessidades e os desejos de repensarem a natureza de seus programas e suas práticas de natureza política e cultural. Daí a importância da pedagogia radical para a formação de professores. Importância vivenciada em função de sua capacidade de criar modelos teóricos que possibilitem o discurso crítico para análise das instituições de ensino, enquanto espaços de experiências políticas e culturais, bem como que os professores se engajem em novos movimentos sociais, levando os programas de formação de professores a redefinirem a natureza de como e por que funcionam na sociedade.

Entretanto a formação política do educador necessita ser repensada e discutida, pela sociedade no âmbito educacional, questões como a formação, a qualificação, a prática pedagógica e a sua participação em eventos educacionais, devem ser debatidas com o objetivo de propiciar aos educadores meios e ações significantes para a construção de um mundo justo, igualitário e que respeite a especificidade humana.

Com essa perspectiva, Giroux (1986, p. 62), depois de uma longa discussão sobre a “teoria crítica resistência em educação”, conclui ressaltando “[...] que os educadores radicais podem começar a tarefa de reconstruir e aplicar os “insights” da teoria crítica à Escola”. E, sabemos que compreender o trabalho da Escola de Frankfurt para usarmos como inspiração e forma de enriquecimento da teoria e da prática educativa radical exigem uma postura de engajamento e compromisso, requerendo também do educador competência para realizar essa tarefa.

Acreditamos que os educadores devem ser encarados como intelectuais transformadores, porém eles precisam desenvolver um discurso em que a linguagem junto com a crítica possa trazer possibilidades para que estes promovam mudanças, que sejam capazes de afirmar e praticar o discurso da liberdade e democracia no âmbito educacional.

A educação do educador tem por objetivo oferecer uma formação que contemple três dimensões: a científica, caracterizada pelo domínio qualificado e

competente dos conhecimentos científicos da realidade educacional que permita ao educador uma visão completa dessa realidade; a filosófica, que sensibiliza a ação educacional do educador, definindo sua inserção num projeto antropológico; a política que, em consonância com Severino (1994, p. 40), significa:

[...] a apropriação e o desenvolvimento de uma consciência social e sensibilidade às condições especificamente políticas, não só de sua atividade, mas de todo o tecido social no qual desenvolverá sua ação pedagógica. Trata-se da competência de compreender e de agir coerentemente com essa compreensão. A educação só tem sentido no âmbito de um projeto político mais amplo.

Percebemos que o educador necessita de uma formação sólida dessas dimensões, objetivando substanciar ética, política e esteticamente sua prática profissional, com vista a agir com liberdade em busca de uma vida melhor para a sociedade. Além dessas dimensões os educadores necessitam ter conhecimento e domínio da ética humana, chamada por Severino (1994) de “ética praxista”. Essa os educadores devem construir no exercício da prática históricosocial dos homens, ou seja, na interação com os outros homens e com a ambiência.

A dimensão política está vinculada ao contexto educacional, tendo em vista que as instituições educacionais são espaços de interações, relações com o outro, do exercício de liberdade, da ética e da moral. Mas, de que ética e moral estamos falando? Da ética educacional, exercício da conduta humana de praticar o bem; e a moral pode ser caracterizada por um conjunto de regras de conduta ou hábitos julgados válidos para a sociedade.

O educador não pode deixar de lado a dimensão ética da educação, sendo esta caracterizada por normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano, pois quem pratica a ética conseqüentemente terá dignidade a especificidade humana em sua ação enquanto cidadão. Porém, cabe destacar segundo Severino (1994, p.138) que “Ética é qualidade de ação fundada nos valores morais; pode significar também área da filosofia que trata da moralidade da ação humana”. Sendo assim ética e moral estão intrinsecamente interligadas, uma vez que a consciência moral é a sensibilidade aos valores éticos.

A filosofia tem como foco de reflexão todos os desafios da vida humana, porém seu compromisso com a vida humana é de caráter ético, conforme Ruiz (2007, p.494) afirma:

[...] que a ética é a *valorização que orienta o sentido de nossas ações e opções*. A ética é concomitantemente, uma *hermeneusis* valorativa da práxis e uma práxis efetiva dos valores. A práxis ética a respeito da vida humana exige que a filosofia seja um saber e uma prática que ajude a desconstruir os dispositivos legitimadores que a “instrumentalizam.

Notamos que a reflexão filosófica traz implicações para se construir a orientação do saber científico promovendo possibilidades para pensá-lo e realizar a vida humana.

Política e educação segundo Casagrande (2008) estão vinculadas a “condição humana da natalidade”, ou seja, ao mundo dos recém-nascidos, das crianças, dos novos que serão inseridos na sociedade. Entretanto cabe a educação, por meio da atividade educativa e conseqüentemente da ação do educador, que precisa acolher e compreender essas crianças como novo ser humano que necessita adaptar-se a realidade do mundo onde está inserido.

Acreditamos que a educação desempenha papel na política, assim como a política na educação, pois desde crianças somos sujeitos capazes de construir e transformar nossa história de vida. A atividade política tem a função de transformar os homens em cidadãos críticos, em seres que age politicamente e sejam capazes de transformar a realidade, portanto essa atividade deve ser de qualidade e para isto é indispensável à ação da educação ética e moral ligada ao agir humano.

A prática educativa traz questões morais, interpelando a sensibilidade valorativa de sua consciência. E sabemos que a prática do educador ocorre na relação com os outros e consigo mesmo, e que sua prática é intencional espera-se alcançar objetivos e fins, pois conforme Severino (1994, p. 138) “É pela mediação de sua consciência que o homem pode intencionalizar sua prática, pois essa consciência é sensível a valores”. Então quando agimos, estamos nos posicionando sempre a valores que adquirimos ao longo de nossas vidas.

A relação existente entre a política e a educação é de extrema significância, veja conforme Kohan (2007, p.57) “A política abre as portas para nos interrogar-mos sobre os limites e os alcances da educação [...]”. Podemos considerar a política como elemento indispensável quando queremos melhorar a educação, pois nos indagamos como e para onde estamos indo? Somente por meio da dimensão educativa e política é que conseguiremos alcançar a essência da vida humana e responder a todas as indagações que surgir no auge da vida.

A educação política busca uma proposta pedagógica na teoria crítica com o objetivo de alcançar uma interação social, assim como uma “consciência verdadeira” de agir politicamente. Dessa maneira conforme Maar (1994, p.66) “a educação crítica do indivíduo constituiria a base da formação emancipativa e emancipadora”, entretanto essa formação é cultural e almeja uma reflexão do conhecimento e liberdade de escolha de cada um de nós diante da sociedade em que alguns ainda querem dominar.

Conclusões

Portanto a dimensão política está intrinsecamente ligada à formação do educador, uma vez que a ação política promove a emancipação de sermos seres humanos, de agir com liberdade, de transformar a realidade em que vivemos. Percebemos que somente por meio da prática política, educativa, filosófica, das contribuições da teoria crítica e da ação do educador enquanto ser político é que podemos lutar por uma sociedade igualitária, justa e que respeite acima de tudo a especificidade da vida humana.

Descobrimos que o verdadeiro sentido da dimensão política na formação do educador se torna presente na condição de liberdade e espontaneidade do agir humano, do saber fazer pedagogicamente, do saber-conviver junto com as diversidades e trabalhar com o coletivo. O educador precisa construir sua natureza política no decorrer da sua formação e ação enquanto profissional crítico-reflexivo.

A natureza da dimensão política na formação do educador é construída no intra-espaço e se concretiza na relação com os homens, sendo assim o educador constrói sua natureza política no exercício de sua profissão, ou seja, na prática docente. Entretanto o educador político está sempre em busca de novos desafios para sua qualificação uma vez que sua formação é um processo contínuo.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia A. de. **Filosofando**: uma introdução á filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASAGRANDA, Edison A. Educação e política: o problema da legitimidade do poder em Hannah Arendt. In: DALBOSCO, C. A.; CASAGRANDA, Edison A.; MUHUL, Eldon (Org.). **Filosofia e Pedagogia**: aspectos históricos e temáticos. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. p. 252-273.

CHAUI, Marilena. **Convite á filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DALBOSCO, Cláudio Almir. Filosofia e formação docente. In: KUIAVA, Evaldo Antônio; SANGALLI, Idalgo José; CARBONARA, Vanderlei (Org.). **Filosofia, formação docente e cidadania**. Ijuí: EdUNIJUÍ, 2008. p. 37-55.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 157-164; p. 195-212.

GIROUX, Henry A. teoria crítica e prática educacional. In: _____. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias de reprodução. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. p. 21-64.

KOHAN, WALTER O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KONINCK, Thomas. A política. In: _____. **Filosofia da Educação**: ensaio sobre o devir humano. São Paulo: Paulus, 2007. p. 153-186.

MAAR, Wolfgang L. Educação crítica, formação cultural e emancipação política na Escola de Frankfurt. In: PUCCI, Bruno (Org.). **Teoria crítica e educação**: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; São Carlos, SP: EDUFISCAR, 1994. p. 59-81.

MARQUES, Mario O. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: EdUNIJUÍ, 2000. p. 15-40; p. 41-60.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Rio: Boitempo, 2002.

PAGNI, Pedro Ângelo; SILVA, Divino José Da. A crítica da cultura e os desafios da educação após Auschwitz: uma leitura a parte da teoria crítica da Escola de Frankfurt. In: ____ (Org.) **Introdução á filosofia da educação**: temas contemporâneos e histórias São Paulo: Avercamp, 2007. p. 243-271.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós- graduação. São Paulo: Loyola, 2002.

RUIZ, Castor Bartolomeu. A Filosofia, o poder, e a vida humana: os paradoxos do biopoder. In: SARDI, Sérgio A.; SOUZA, Draiton G.; CARBONARA, Vanderlei (Org.)

Filosofia e sociedade: perspectivas para o ensino da Filosofia. Ijuí: EdUNIJUÍ, 2007. p. 477-495.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A contribuição da filosofia para a educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 9, n.45, p.19-25, jan.mar.1990.

SEREVINO, Antonio J. **Filosofia da Educação:** construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.